

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:
entre desafios e resistência na escola indígena municipal
Tupará ¹

INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION:
between challenges and resistance at Tupará indigenous municipal school

Tameá Moreatá Txicão ⁱ

RESUMO: A pesquisa analisa os desafios educacionais na Escola Municipal Tupará, em Mato Grosso, o estudo investiga como a negligência do poder público local, a infraestrutura deficitária, a falta de professores qualificados impacta o aprendizado do povo Ikpeng. A abordagem qualitativa utiliza estudo de caso com entrevistas e análise documental. O trabalho fundamenta-se nas pesquisas de Ferreira; Zoia e Almeida (2024) e Moreira, Zoia (2021). Os resultados revelam a escassez de materiais, bem como a omissão governamental ameaçam a identidade cultural. Conclui que políticas públicas efetivas são necessárias para assegurar a educação bilíngue e a resistência comunitária.

Palavras-chave: Educação Indígena. Escola Tupará. Povo Ikpeng. Políticas públicas. Desafios educacionais.

ABSTRACT²: This paper analyzes the educational challenges within Tupará Indigenous Municipal School in Mato Grosso State, aiming to investigate how does the local public authorities neglect, the infrastructure deficit and the lack of qualified teachers impact on learning process of Ikpeng people. It

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Os Desafios da Educação Indígena na Escola Municipal Tupará, sob a orientação do Professor. Dr. Alceu Zoia - Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2026/1.

² Resumo traduzido por Professora Mestra Betsemens Barboza de Sousa. Graduação em Letras Português/Inglês pela UNEMAT Câmpus de Sinop (2013). Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFMT Cuiabá (2015). Doutoranda em Letras pelo PPGLetras da UNEMAT Câmpus de Sinop (2025). <http://lattes.cnpq.br/5302438508837994>; teacherbettybarboza@gmail.com.

has a qualitative approach and uses a case study with interviews and document analysis. The theoretical foundation is grounded on the research of Ferreira; Zoia and Almeida (2024) and Moreira, Zoia (2021). The results reveal that materials scarcity, as well as governmental omission, threaten cultural identity. It concludes that effective public policies are necessary to ensure bilingual education and community resilience.

Keywords: Indigenous Education. Tupará Indigenous Municipal School. Ikpeng people. Public policies. Educational challenges.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Indígena no Brasil constitui-se como um campo marcado por lutas históricas, conquistas políticas e desafios permanentes. A partir da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas passaram a ter reconhecido o direito a uma educação diferenciada, bilíngue, intercultural e específica, fundamentada no respeito às suas culturas, línguas, tradições e formas próprias de organização social. Posteriormente, legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e a Lei nº 11.645/2008 reforçaram a necessidade de valorização dos saberes indígenas no espaço escolar. Entretanto, apesar dos avanços legais conquistados ao longo dos anos, a realidade vivenciada por muitas comunidades indígenas ainda é marcada por dificuldades estruturais, pedagógicas e institucionais que comprometem a efetivação desses direitos.

Nesse contexto, a Escola Municipal Indígena Tupará, localizada no município de Nova Ubiratã, estado de Mato Grosso, representa uma importante referência de resistência cultural e fortalecimento identitário do povo Ikpeng. Contudo, a escola enfrenta diversos desafios relacionados à precariedade da infraestrutura, à escassez de materiais didáticos específicos, à ausência de investimentos governamentais e à carência de professores qualificados para atuar na perspectiva intercultural proposta pela legislação educacional indígena. Essas limitações impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, dificultando tanto o desenvolvimento educacional dos estudantes quanto a preservação da língua e da cultura tradicional do povo Ikpeng.

Diante dessa realidade, esta pesquisa teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pela Escola Municipal Indígena Tupará na implementação das políticas públicas voltadas à Educação Escolar Indígena, buscando compreender de que maneira a falta de investimentos, a insuficiência de suporte estatal e as dificuldades estruturais interferem na qualidade da educação ofertada à comunidade. Além disso, o estudo procura refletir sobre as estratégias de resistência construídas pelos sujeitos da comunidade escolar para manter viva a identidade cultural, os saberes tradicionais e a valorização da língua Ikpeng no ambiente educacional.

A escolha do tema fundamenta-se na vivência pessoal da pesquisadora enquanto integrante do povo Ikpeng e ex-estudante da Escola Municipal Indígena Tupará, experiência que possibilitou uma aproximação direta com os desafios enfrentados pela comunidade escolar ao longo dos anos. Essa

vivência permitiu compreender não apenas as dificuldades presentes no cotidiano educacional indígena, mas também a importância da escola como espaço de fortalecimento cultural, transmissão de conhecimentos tradicionais e construção da identidade coletiva.

A relevância desta pesquisa está na possibilidade de contribuir para o fortalecimento das discussões sobre Educação Escolar Indígena, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais efetivas e comprometidas com as especificidades culturais e linguísticas dos povos originários. Além disso, o estudo busca ampliar a reflexão acerca da distância existente entre os direitos garantidos legalmente e a realidade enfrentada pelas comunidades indígenas no cotidiano escolar.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos metodológicos o estudo de caso, a realização de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. O estudo fundamenta-se teoricamente em Yin (2015), ao compreender o estudo de caso como estratégia de investigação aprofundada de uma realidade específica; em Flick (2009), no uso das entrevistas qualitativas; e em Lüdke e André (1986), acerca da observação participante e da pesquisa qualitativa em educação.

A investigação buscou compreender as experiências, percepções e desafios vivenciados pelos sujeitos da comunidade escolar, valorizando suas narrativas e conhecimentos. Assim, este trabalho está organizado em cinco seções. Na primeira, apresenta-se a introdução da pesquisa, contextualizando a temática, os objetivos e a relevância do estudo. Na segunda seção, intitulada Desenvolvimento, discutem-se os aspectos teóricos que fundamentam a pesquisa, abordando o contexto do povo Ikpeng, a educação escolar indígena e os desafios relacionados à preservação cultural e linguística. Na terceira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na investigação. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos por meio das entrevistas, observações e análise documental. Por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais, destacando as principais reflexões e contribuições do estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O povo Ikpeng: organização e identidade cultural

O povo Ikpeng, habitante do Parque Indígena do Xingu, mantém uma organização social fundamentada na coletividade e na vivência compartilhada, em que aprender e ensinar são práticas transmitidas entre gerações.

Politicamente, a figura do cacique ocupa posição central na tomada de decisões coletivas. Economicamente, a comunidade baseia-se na agricultura de subsistência, caça e pesca, organizadas pelo princípio da partilha.

No campo sociolinguístico, o povo Ikpeng pertence ao tronco linguístico Karib. Embora a língua materna seja preservada pelos mais velhos, observa-se um crescimento do bilinguismo entre os

jovens em decorrência do contato com a sociedade não indígena, processo discutido por Campetela (2002) ao analisar as transformações linguísticas decorrentes do contato intercultural.

A oralidade ocupa posição central na transmissão dos conhecimentos tradicionais, sendo os mais velhos responsáveis por ensinar histórias, rituais, cantos e práticas culturais às novas gerações. Dessa forma, a preservação da língua materna representa não apenas a manutenção de um instrumento de comunicação, mas também a continuidade da memória coletiva e da identidade cultural do povo Ikpeng.

As transformações provocadas pelo contato constante com a sociedade não indígena têm produzido mudanças significativas nos modos de vida da comunidade, especialmente entre os jovens, conforme ressalta Campetela (2002) em seus estudos sobre a língua e a cultura Ikpeng. O uso crescente da língua portuguesa em diferentes espaços sociais demonstra a necessidade de fortalecimento das práticas educativas voltadas à valorização da língua indígena dentro do ambiente escolar.

2.2 Educação escolar indígena: entre a legislação e a prática

A Constituição Federal de 1988 assegura aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural. Complementando essas garantias, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reforça a valorização das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem.

Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 tornou obrigatória a inclusão da história e da cultura indígena nos currículos escolares brasileiros.

Apesar dos avanços legais, a realidade da Escola Municipal Indígena Tupará demonstra dificuldades na efetivação dessas políticas públicas, principalmente em relação à infraestrutura, à formação docente e aos materiais didáticos específicos.

Historicamente, a educação destinada aos povos indígenas esteve associada a práticas de assimilação cultural, cujo objetivo era integrar os indígenas ao modelo de sociedade dominante. Durante muitos anos, as escolas ignoraram os conhecimentos tradicionais, desvalorizando as línguas indígenas e impondo currículos distantes da realidade das comunidades.

Com o avanço das lutas dos movimentos indígenas, a educação escolar indígena passou a reivindicar um modelo pautado no respeito às diferenças culturais e na valorização dos saberes próprios de cada povo. Assim, a proposta de uma educação intercultural busca promover o diálogo entre conhecimentos indígenas e não indígenas, respeitando os processos próprios de aprendizagem das comunidades.

2.3 Educação escolar indígena como resistência cultural

Segundo Moreira e Zoia (2021), a escola indígena historicamente atuou como instrumento de imposição cultural, contribuindo para o apagamento de saberes tradicionais. Na contemporaneidade, entretanto, a educação escolar indígena passou a ser compreendida como espaço de resistência, fortalecimento identitário e valorização cultural.

Ferreira, Zoia e Almeida (2024) destacam que a produção de materiais didáticos específicos elaborados em parceria entre universidades e comunidades indígenas fortalece o protagonismo dos professores indígenas.

Campetela (2002) observa que o contato com a sociedade não indígena tem provocado transformações linguísticas significativas na língua Ikpeng. Além disso, os marcos internacionais, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, reforçam os direitos educacionais indígenas.

Esses documentos defendem que os povos indígenas devem participar da construção das políticas educacionais destinadas às suas comunidades, garantindo autonomia na definição de currículos, metodologias e práticas pedagógicas. Dessa maneira, a educação escolar indígena deve ser construída de forma coletiva, respeitando os conhecimentos tradicionais e fortalecendo os processos de resistência cultural.

Nesse contexto, a escola indígena assume importante papel político e social, funcionando como espaço de valorização da memória ancestral e fortalecimento das identidades coletivas. Assim, a educação intercultural torna-se fundamental para a preservação da cultura e da língua do povo Ikpeng.

2.5 Abordagem Metodológica

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso na Escola Municipal Indígena Tupará, localizada no estado de Mato Grosso. Segundo Yin (2015), o estudo de caso consiste em uma estratégia metodológica que permite investigar profundamente fenômenos contemporâneos inseridos em seu contexto real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente definidos. A escolha desse método permitiu compreender de forma aprofundada os desafios educacionais enfrentados pela comunidade Ikpeng. A metodologia envolveu entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e membros da comunidade, além de observação participante no cotidiano escolar e análise de documentos oficiais.

A triangulação desses dados permitiu confrontar as políticas públicas nacionais com a precariedade prática enfrentada pelos sujeitos da pesquisa. A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender profundamente a realidade educacional da comunidade Ikpeng, considerando seus aspectos culturais, sociais e educacionais.

A pesquisa integrou levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo. Na etapa documental, foram analisados documentos oficiais relacionados à educação escolar indígena, tais como legislações, diretrizes governamentais e registros escolares. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores, gestores escolares, estudantes e lideranças da comunidade.

Também foi utilizada a observação participante, permitindo acompanhar o cotidiano da escola e compreender as dinâmicas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar. Os dados coletados foram organizados e interpretados por meio da análise de conteúdo, possibilitando identificar categorias relacionadas à infraestrutura escolar, formação docente, materiais didáticos e preservação cultural.

A pesquisa de campo ocorreu durante o ano de 2025, culminando na finalização do estudo no segundo semestre do referido ano. O rigor metodológico adotado buscou garantir visibilidade às experiências e estratégias de resistência construídas pela comunidade Ikpeng frente à negligência do Estado.

2.6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.6.1 Formação docente

A formação docente constitui um dos principais desafios enfrentados pela Escola Municipal Indígena Tupará. Os relatos demonstram que há escassez de profissionais com formação específica para atuação na educação escolar indígena, fator que impacta diretamente o processo de alfabetização e o desenvolvimento pedagógico das crianças Ikpeng.

(01) professor/gestor: Nós temos apenas a formação em nível de magistério. Nenhum dos profissionais aqui, além dos professores, tem qualificações específicas para atuar na escola.

(02) membro da comunidade 01: Atualmente, contamos apenas com dois professores com formação em magistério, o que é um dos fatores que contribuem para o atraso na alfabetização das crianças.

Esses relatos evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas à formação específica de professores indígenas, respeitando as particularidades culturais e linguísticas da comunidade.

Essa realidade dialoga com as reflexões de Moreira e Zoia (2021), que discutem como a escola, historicamente, serviu como instrumento de imposição cultural ao desvalorizar os processos de conhecimento próprios das comunidades indígenas.

A ausência de uma formação licenciada impede que os professores se apropriem de metodologias atualizadas que permitam articular, de forma mais robusta, os saberes tradicionais aos conteúdos acadêmicos.

4.2 Infraestrutura e Invisibilização: A Escola como Espaço de Improviso

A precariedade da infraestrutura escolar aparece como uma das maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade. A ausência de um prédio escolar adequado compromete as condições de ensino e aprendizagem, além de evidenciar a insuficiência do apoio estatal à educação indígena. Sobre essa realidade, o professor/gestor entrevistado afirmou:

(03) professor/gestor: Ela não é uma escola. Ela é um prédio que a comunidade cedeu para servir como sala de aula. Não temos escola construída pelo município.

O membro da comunidade 01 destacou ainda as condições insalubres do espaço:

(04) membro da comunidade 01: A estrutura atual está em condições muito precárias, há até fezes de morcego, o que é extremamente prejudicial à saúde das crianças.

Já o membro da comunidade 02 relatou:

(05) membro da comunidade 02: Uma das principais dificuldades é a ausência de um prédio escolar construído pelo governo. A estrutura que utilizamos atualmente foi construída por nós mesmos.

As falas revelam a distância entre os direitos garantidos legalmente à educação escolar indígena e a realidade vivenciada pela comunidade Ikpeng.

4.3 Materiais Didáticos e a Produção Própria como Resistência

Outro desafio identificado refere-se à escassez de materiais didáticos específicos para a realidade cultural e linguística do povo Ikpeng. A ausência de recursos pedagógicos adequados dificulta a valorização da língua materna e o fortalecimento da identidade cultural dentro do ambiente escolar.

O professor/gestor relatou:

(06) professor/gestor: Nós temos nosso material didático produzido pelo nosso próprio povo. [...] Diferenciado oferecido pelo município ou Estado nós não temos.

O membro da comunidade 03 afirmou:

(07) membro da comunidade 03: Não temos materiais didáticos específicos para atender às necessidades das nossas crianças. O único que temos é o livro didático na nossa língua Ikpeng.

Nesse contexto, observa-se que a própria comunidade assume a responsabilidade pela produção de materiais pedagógicos, diante da insuficiência do suporte institucional.

4.4 A Contradição Institucional: Entre a Lei e a Burocracia

Um dos pontos mais críticos da discussão refere-se à pressão burocrática das secretarias de educação. Os relatos indicam que, embora o discurso oficial defenda o fortalecimento da cultura indígena, na prática, o Estado ainda apresenta dificuldades em reconhecer as cerimônias tradicionais como parte legítima do processo educativo. O professor/gestor entrevistado afirmou: “Nós temos a Constituição do nosso lado, mas o próprio Estado não reconhece os nossos direitos. Somos cobrados pelas secretarias municipais e estaduais quando estamos em momentos de cerimônias especiais. Elas não são consideradas; somos obrigados a repor essas aulas.”

O membro da comunidade 02 destacou:

(08) membro da comunidade 02: Eles dizem que a educação indígena deve fortalecer a cultura, mas, na prática, cobram que as aulas sejam ministradas apenas dentro da sala de aula.

Já o membro da comunidade 03 relatou:

(09) membro da comunidade 03: Quando tiramos um tempo para realizar práticas culturais fora da sala de aula, os professores são cobrados pela Secretaria de Educação, mesmo a lei garantindo esse direito para nós.

Esses relatos evidenciam contradições entre os direitos assegurados pela legislação e as práticas institucionais vivenciadas pela comunidade escolar indígena. Embora a educação diferenciada esteja prevista legalmente, sua efetivação ainda encontra obstáculos relacionados à lógica burocrática e à valorização predominante de modelos escolares ocidentais.

A trajetória histórica da educação destinada aos povos indígenas no Brasil foi marcada, durante muitos anos, por práticas de assimilação cultural. Moreira e Zoia (2021) sustentam que a escola em território indígena frequentemente atuou como instrumento de imposição da cultura dominante, desconsiderando os processos próprios de produção de conhecimento das diferentes etnias. Essa realidade contribuiu para a desvalorização das tradições orais e para o enfraquecimento de diversas línguas indígenas.

Como forma de resistência e fortalecimento cultural, a produção de materiais didáticos específicos assume papel fundamental. Ferreira, Zoia e Almeida (2024) destacam que iniciativas colaborativas entre universidades e comunidades indígenas, como o projeto Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE), possibilitam maior protagonismo aos professores indígenas e favorecem a valorização dos saberes tradicionais no ambiente escolar.

A dinâmica sociolinguística do povo Ikpeng também revela tensões decorrentes da influência crescente da língua portuguesa entre os jovens. Campetela (2002) observa que o bilinguismo vem provocando alterações estruturais na língua materna, influenciando aspectos sintáticos e ampliando o uso do português em diferentes contextos sociais. Nesse cenário, a transmissão oral realizada pelos mais velhos permanece essencial para a preservação cultural e linguística da comunidade.

Conforme Campetela (2002) e Ikpeng (2021), a língua constitui um elemento central da identidade cultural do povo Ikpeng, sendo fundamental o desenvolvimento de políticas educacionais que articulem oralidade, letramento e valorização dos conhecimentos tradicionais.

Diante desse contexto, observa-se que a Escola Tupará atua como espaço de resistência cultural, buscando garantir a valorização da língua, das práticas tradicionais e dos conhecimentos ancestrais, mesmo diante das limitações estruturais e institucionais enfrentadas pela comunidade escolar indígena.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida nesta pesquisa permite concluir que o hiato entre a legislação educacional brasileira e a realidade da Escola Municipal Indígena Tupará é preenchido pela resistência cotidiana do povo Ikpeng. O estudo responde ao problema inicial ao evidenciar que a negligência estatal, manifestada na precariedade física e na ausência de suporte institucional, atua como uma barreira ao desenvolvimento pleno dos estudantes, mas não anula o protagonismo da comunidade na manutenção de sua identidade cultural.

No que se refere ao processo de pesquisa e aos objetivos traçados, consideram-se os seguintes pontos.

Os objetivos inicialmente previstos foram plenamente atingidos. Foi possível realizar um diagnóstico detalhado dos impactos gerados pela escassez de investimentos e pela falta de materiais didáticos específicos, além de identificar como a formação docente limitada ao magistério interfere na alfabetização intercultural.

A pesquisa conseguiu dar visibilidade às lutas da comunidade, demonstrando que a escola funciona como um território de resistência política e cultural.

A principal "mudança de rota" e, simultaneamente, o maior desafio metodológico, residiu na transição da pesquisadora de ex-aluna da instituição para investigadora acadêmica. Essa vivência pessoal na Escola Tupará desde a infância exigiu um esforço constante para equilibrar o compromisso emocional com o rigor da pesquisa qualitativa.

Diante desse contexto, observa-se que a Escola Tupará atua como espaço de resistência cultural, buscando garantir a valorização da língua, das práticas tradicionais e dos conhecimentos ancestrais, mesmo diante das limitações estruturais e institucionais enfrentadas pela comunidade escolar indígena. As entrevistas evidenciaram contradições entre as políticas públicas e a prática institucional, especialmente no reconhecimento das cerimônias tradicionais como espaços legítimos de aprendizagem, demonstrando os desafios enfrentados pela comunidade na efetivação da educação diferenciada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.
- CAMPETELA, Cilene. Aspectos prosódicos da língua Ikpeng. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara; ZOIA, Alceu; ALMEIDA, Elizabeth Rezende. Produção de materiais pedagógicos (didáticos) em escolas indígenas: uma parceria entre universidades e aldeias. Revista da Faculdade de Educação, v. 40, p. e402404, 2024. DOI: 10.30681/faed.v40i.12577. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/12577>. Acesso em: 25 set. 2025.
- FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- IKPENG, Pareayup Maté. Desafios na educação própria do povo Ikpeng. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 29., 2021, Cuiabá. Relatos de experiência. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 513–516.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Rosângela Gomes; ZOIA, Alceu. Educação escolar indígena e a produção de material didático específico. *Revista Even. Pedagog.*, v. 12, n. 1, p. 240–264, jan./jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais. 1989. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang-pt/index.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. 2007. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Recebido em: 1 de julho de 2026.

Aprovado em: 21 de agosto de 2026.

ⁱ Tameá Moreatá Txicão. Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN), semestre 2026/1. Sinop, Mato Grosso, Brasil.